

Economia solidária e sindicalismo: apontamentos para uma análise crítica a partir da experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora / MG.

Alvaro de A. Quelhas¹, Ana Livia de S. Coimbra^{2*}, Luiz Agostinho de P. Baldi³, Naiara de L. Guimarães⁴

¹ *Pedagogo e Licenciado em Educação Física, Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlia de Mesquita– Unesp, / Campus de Marília. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, Juiz de Fora/MG.*

^{2*} *Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, Juiz de Fora/MG. analivia.coimbra@ufjf.edu.br*

³ *Graduando em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Bolsista de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFJF.*

⁴ *Graduanda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.*

Resumo

A ampliação do desemprego estrutural e a precarização do trabalho em escala mundial alcança impactos expressivos na década de 1990 no Brasil. Naquele contexto, os trabalhadores desempregados ou em situação de trabalho precário constróem reações, buscando alternativas de inserção no mercado de trabalho, via economia solidária. Ao mesmo tempo, o movimento sindical - em especial aquele vinculado à Central Única dos Trabalhadores - impactado pela redução de suas bases de representação e da participação no cotidiano sindical por parte de seus filiados, começa a introduzir em sua agenda a questão da economia solidária. Procuramos, em nosso trabalho, apresentar elementos de análise crítica acerca da relação entre a economia solidária e o sindicalismo, partindo de projeto de pesquisa realizado junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG, destacando, sobretudo, as tensões presentes na escolha do movimento sindical em realizar ações neste novo campo.

Palavras-chave: Economia Solidária; Concepção e Ação Sindical.

1 Introdução

O mundo do trabalho vem sofrendo expressivas mudanças, desde que o capital iniciou mais uma de suas reações à sua crise estrutural, no final dos anos 1970. Este quadro tem sido analisado criticamente por inúmeros autores da área das Ciências Humanas e Sociais. Guardadas as especificidades de cada estudo é possível identificar uma síntese analítica: a classe trabalhadora tem vivenciado um conjunto de experiências que a tem afetado profundamente, seja na esfera de sua materialidade ou na esfera da sua subjetividade, nas relações entre as suas formas de ser e de existir da sociabilidade humana (ANTUNES, 1999). O desemprego estrutural, o desassalariamento, o subemprego (POCHMANN, 2006) crescem concomitantemente ao trabalho terceirizado, temporário, informalizado e outras formas características de um novo padrão de relações de trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004) e (BORGES, 2007), que expressam novas formas de exploração da força de trabalho, constituindo uma nova precariedade (ALVES, 2007).

A ampliação do desemprego estrutural e a precarização do trabalho em escala mundial são resultantes das mais importantes dos processos de reestruturação produtiva, como afirmam Alves (2000), Antunes (2006), Mészáros (2006). Destas afirmativas, destacamos a de Alves (ibid), quando assinala que com a mundialização do capital opera-se um deslocamento lógico-

epistemológico da categoria “população trabalhadora excedente”, tal qual Marx assinalara em “O Capital”, para “população trabalhadora excluída”, que são as massas dos desempregados (e subproletários) do sistema de exploração do capital, que pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho estão impossibilitados de serem incluídos pela “nova ordem capitalista”.

As políticas de liberalização da economia e o complexo de reestruturação produtiva implantados no Brasil no decorrer dos anos de 1990, tiveram como um dos principais efeitos o movimento de desestruturação do mercado de trabalho. Um de seus componentes foi o crescimento veloz do desemprego aberto, cuja taxa quintuplicou nas duas últimas décadas, passando de 2,8% em 1980, para 15% em 2000. Além disso, o desemprego veio acompanhado de baixa geração de empregos, em sua maioria, precários. A taxa de precarização ultrapassou, em 2000, os 40% do total da ocupação nacional, enquanto em 1980 a precarização representava um a cada três trabalhadores ocupados. É a mais grave crise do emprego no Brasil, superando a transição do trabalho escravo para o assalariamento, no final do século XIX, a depressão econômica de 1929 e as graves recessões nos períodos 1981-1983 e 1990-1992 (POCHMANN, 2001).

Desde o marco inicial nos anos 1990, observa-se um quadro de extrema desregulamentação do trabalho. Segundo Pochmann e Borges (2002), o país é apontado nos relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como um dos recordistas mundiais em desregulamentação na década passada, devido aos seguintes fatores: (1) possibilidade de remuneração variável dos trabalhadores via participação nos lucros e resultados ou por meio de negociação na empresa; (2) ampliação das possibilidades de uso do contrato de trabalho por tempo determinado em qualquer atividade da empresa; (3) desistência da Convenção 158 da OIT, desobrigando o empresariado a justificar, por escrito, os motivos das demissões; (4) criação do contrato de trabalho em regime de tempo parcial, com redução proporcional do salário e do tempo de férias; (5) suspensão temporária do contrato de trabalho; (6) regulamentação das cooperativas, fato que foi absorvido pelo patronato como forma de burlar os encargos oriundos das leis trabalhistas; (7) alteração de pagamento de horas extras, com o fim do adicional de 100% sobre a hora normal e com a criação do Banco de Horas.

Entretanto, é preciso destacar que os trabalhadores também constróem reações diante de tal cenário. Trabalhadores desempregados, subempregados ou em situação de trabalho precário, passam a enxergar na economia solidária umas das alternativas para se ter acesso ao trabalho, um dos direitos fundamentais do ser humano. Naquele mesmo contexto, o movimento sindical de trabalhadores, impactado pela redução de suas bases de representação (devido à retração do emprego) e diminuição da participação no cotidiano sindical por parte de seus filiados, começa a introduzir em sua agenda a questão da economia solidária.

O trabalho aqui apresentado, considerando o contexto previamente descrito, procura analisar a relação entre a economia solidária e o sindicalismo. Ele é parte dos resultados do projeto “*Trabalho autogestionário e ação sindical: uma proposta de análise empírica e de assessoria a grupos populares nos municípios de Juiz de Fora e Matias Barbosa*”. Tal projeto insere-se em um conjunto de propostas desenvolvidas por instituições de ensino superior públicas de Minas Gerais, no período de 2007 a 2009, no âmbito do Edital nº 16/2007, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). O Edital, intitulado “Extensão em interface com a pesquisa”, teve como objetivo financiar projetos que fortalecessem a ação transformadora da pesquisa sobre os problemas sociais e estabelecessem uma relação dialógica entre pesquisadores e sociedade.

Para destacar categorias que consideramos importantes para se analisar a relação entre economia solidária e sindicalismo, utilizaremos parte do projeto em questão, cujo processo

investigativo ocorreu junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora (STIM/JF), único sindicato do município que se envolve diretamente com a proposta de economia solidária.

2 Formulação da situação problema

A economia solidária, da forma como hoje a conhecemos, teve sua origem no Brasil em finais da década de 1980 e início de 1990, em um contexto de crise e reestruturação do capital, caracterizado por grande redução de empregos, aumento do subemprego e de implementação do neoliberalismo, em que o Estado reduziu drasticamente a formulação e implementação de políticas públicas. Para Pochmann e Borges (2002), anos de contínua concentração de renda, aumento do endividamento interno e externo e ausência de crescimento sustentado, caracterizado pelo baixo crescimento econômico e reduzido patamar dos investimentos. Neste contexto, verifica-se o surgimento de um movimento na sociedade brasileira, em que trabalhadores de diferentes ramos de atividade iniciaram a formação de cooperativas, movimentos sociais passaram a fomentar práticas de autogestão, universidades e outras entidades passaram a apoiar a formação de cooperativas.

Para Catani (2003), a proposta surgiu no centro das resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades cujo primado é do trabalho sobre o capital. Com seu caráter associativo e autogestionário, a economia solidária passou a garantir a centenas de pessoas a experiência de um desenvolvimento econômico, social e cultural.

Baseada na cooperação, na autogestão e no compartilhamento da produção realizada pelos próprios trabalhadores, a economia solidária reafirma a produção e apropriação coletiva, bem como a gestão democrática e repartição da receita líquida entre os trabalhadores, diferente do processo que ocorre nas empresas capitalistas, em que a produção é coletiva, mas os frutos são apropriados privadamente pelo proprietário dos meios de produção (SINGER, 2003).

Para Singer (ibid), a produção em regime de economia solidária está ligada às relações sociais de produção e, nela, o trabalho é priorizado em detrimento do capital, pois é baseado em princípios e práticas coletivas em que o interesse a ser priorizado é o do coletivo, e se constitui como uma outra forma de organização e divisão do trabalho dentro da sociedade capitalista. Com a organização em cooperativas, o próprio exército de reserva tende a decrescer, se transformando em uma das formas de luta dos trabalhadores contra a redução salarial. Assim, o autor afirma que há uma grande afinidade entre os trabalhadores e os princípios que regem a economia solidária.

Considerando que o sindicalismo aglutina trabalhadores na defesa de suas condições salariais e de trabalho, quando podemos visualizar o momento em que as entidades sindicais brasileiras se aproximam da economia solidária? Conforme apontamos inicialmente, no mesmo marco histórico em que os trabalhadores se organizam em torno da economia solidária, o sindicalismo começa a discutí-la. Para as entidades, especialmente aquelas vinculadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que historicamente apresentou-se como massiva e classista, o cenário era de crise.

Se consideramos a principal base de trabalhadores do sindicalismo cutista – seja em amplitude geográfica, relação entre número de trabalhadores na base e filiados ou grau de vitalidade política – observamos uma reconfiguração que trouxe expressivas dificuldades para os sindicatos. Vejamos: segundo dados apresentados por Lesbaupin e Mineiro (2002), a partir de cálculos da FIESP, a região metropolitana de São Paulo – berço do chamado novo sindicalismo – teve uma redução de 2/3 de empregos formais até 2002, se comparado ao ano de 1995. O número é ainda mais drástico se comparado com o encontrado em meados da década de 80, onde a redução havia chegado a 50%.

Naquele contexto, a agenda sindical passa a sofrer expressivas alterações, ao mesmo tempo em que a vitalidade política dos sindicatos e seu grau de adesão entre as massas trabalhadoras declinaram. A questão salarial perdeu a sua centralidade com a estabilização monetária. A dinâmica de negociação salarial mudou radicalmente, surgindo inclusive novas questões reivindicatórias, além de um novo estilo de participação dos sindicatos nas questões relativas aos direitos dos trabalhadores.

As greves, um dos grandes instrumentos de mobilização dos sindicatos na década de 1980, foi decrescendo drasticamente, a ponto de chegar a cerca de 400 greves por ano, em 1998, em contraposição às 4 mil greves anuais dos anos 1980. A questão salarial, que era central, foi substituída pela luta por emprego e pela sua manutenção. Entrou em pauta também a participação nos lucros e resultados da empresa, redução dos benefícios sociais, flexibilização da jornada de trabalho, formação profissional e a bandeira da economia solidária.

Passa-se a perceber, então, a adoção de novos referenciais ideológicos, em que se destaca a concepção do chamado “sindicalismo cidadão”. Coimbra (2006) afirma que foi no V Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (V CONCURT) que foi explicitada a noção de sindicato-cidadão pela central, resultando em transformações no modo de agir e de pensar do movimento sindical:

O elemento fundante de uma ação cidadã, segundo a CUT, consiste em eleger como principais campos de atuação o “mundo do trabalho” e o “mundo da sociedade civil”. O primeiro refere-se ao espaço onde serão reinventadas formas de luta para a manutenção do emprego, para a manutenção dos níveis dos salários e para melhoria das condições de trabalho. O segundo refere-se ao espaço onde podem ser integrados e revitalizados o movimento social, através da construção de políticas públicas e do fortalecimento da cidadania, baseados nos princípios de solidariedade, de autonomia e de pluralidade no convívio social. (id., 2006, p. 50)

A construção da cidadania foi um processo cumulativo a partir do movimento mais amplo de construção da democracia, significando a extensão e o aprofundamento dessa. A nova noção de cidadania, passa a expressar o novo estatuto teórico e técnico assumido pela democracia em todo o mundo, principalmente a partir da crise do socialismo real. (id., 2006, p. 52)

Com a defesa do “sindicalismo cidadão” é incorporado um novo tipo de compreensão acerca das formas de atuação dos sindicatos na sociedade capitalista. A economia solidária passa a ser concebida pela central como uma estratégia inovadora para combater os altos índices de desemprego e a exclusão social. Assim, através de empreendimentos econômicos solidários, seria possível ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda sob os princípios da democracia e da autogestão, por meio de cooperativas populares e empresas de autogestão.

A economia solidária passa a fazer parte do universo sindical. Há que se destacar que esta nova direção adotada pelos sindicatos inscreve-se em um contexto de crise de representação das entidades da classe trabalhadora, em que se reduziram as estratégias de luta massivas de caráter contestatório. Tal fato merece análise.

Em Juiz de Fora, Minas Gerais, o sindicato que possui ações na área da economia solidária é o Sindicato de Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora (STIM/JF), cuja fundação remonta a 1932. Atualmente, é filiado à CUT e possui uma base de 7000

trabalhadores, dentre os quais 1920 são sindicalizados (1400 na ativa e 520 aposentados), distribuídos em 500 empresas. Sua Diretoria Executiva é formada por 24 membros, entre efetivos e suplentes.

Em busca da análise crítica da relação entre economia solidária e sindicalismo, desenvolvemos a pesquisa empírica junto ao STIM/JF, no âmbito do projeto FAPEMIG, cujos objetivos, metodologia adotada e parte de seus resultados, aqui apresentamos.

3 Objetivos:

3.1. Objetivo geral:

Analisar criticamente os princípios e ações das organizações classistas de trabalhadores ao se envolverem com a economia solidária e a sua relação com as mudanças ocorridas nos substratos ideo-políticos do chamado sindicalismo classista.

3.2. Objetivos específicos:

- Investigar um sindicato cutista que realiza ações na área da economia solidária, com vistas a identificar a relação entre os princípios ideológicos adotados e a execução de tais ações;
- Analisar as características do processo decisório que levaram o sindicato em questão a adotar ações na área da economia solidária, assim como destacar os impactos das orientações e resoluções da central sindical a que o sindicato é vinculado na escolha dos princípios que norteiam as ações da economia solidária;
- Contribuir com a produção teórica que analisa criticamente o sindicalismo na direção de desvelar o conteúdo das ações que podem levá-lo ao afastamento de concepções classistas.

4 Metodologia

Adotou-se a a pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevistas com dirigentes sindicais do STIM/JF. Para isso, foi utilizado um roteiro semi-estruturado, elaborado a partir das seguintes questões: Quais os princípios ideológicos que direcionam a ação sindical de apoio à economia solidária? Houve algum direcionamento da central sindical a que o sindicato se vincula para que a economia solidária se constituísse como parte de suas ações? Quais são os resultados políticos que o sindicato pode alcançar com estas ações? Qual o processo decisório realizado para se iniciar as ações na área da economia solidária? O sindicato realiza trabalho em conjunto com outras organizações quando realiza ações na área da economia solidária? Qual a relação da atuação na área da economia solidária com os objetivos históricos do sindicalismo classista?

5 Resultados e Conclusões

O STIM/JF começou a desenvolver ações na área da economia solidária no ano de 1999, logo após a realização do Projeto Integrar na cidade, organizado pela Confederação dos Metalúrgicos da CUT (cujo foco foi a formação, qualificação e requalificação para o trabalho, geração de emprego e renda e combate ao desemprego e à exclusão social, direcionadas a trabalhadores metalúrgicos e a outras categorias). Foram realizadas, segundo informações da Diretoria Executiva, três oficinas pedagógicas, com 1420 trabalhadores desempregados. Ao seu término, um dos sindicalistas defendeu a proposta de se trabalhar com os egressos das

oficinas, em cooperativas. O mesmo aponta que, a princípio, não houve concordância entre os dirigentes: “A direção disse não, o sindicato não participa disso aí. E eu sou até contra isso, mas, com formação, eu peguei o estatuto do sindicato e eu decidi. E vai fazer” (entrevistado 1). A partir de então, o dirigente passou a executar, sozinho, a proposta da economia solidária.

Atualmente, as iniciativas do STIM/JF na área são: empréstimos materiais (carro de som, salas do sindicato), apoio financeiro para realização de reuniões e encontros, fundação de cooperativas e apoio político. O sindicato possui parceiros como a Intecoop/UFJF, Rede de Empreendimentos Solidários de Juiz de Fora e Região, Fórum Mineiro de Economia Solidária, Cáritas e Movimento Negro. Para o entrevistado 2, com estas iniciativas o sindicato alcança o reconhecimento da sociedade, credibilidade, ampliação de direitos para os trabalhadores e consolidação do apoio dos envolvidos com a economia solidária em Juiz de Fora.

As ações do STIM/JF são direcionadas para trabalhadores que se encontram em situação de desemprego ou que necessitam de complementação de renda. Um dos dirigentes afirmou que “ações direcionadas aos desempregados contribuem para o conjunto dos trabalhadores formais, uma vez que lhes possibilita maiores condições de conquistarem suas reivindicações, o que diminui o exército industrial de reserva” (entrevistado 2).

Apesar da clareza do entrevistado 2, no que se refere ao significado do trabalho do STIM/JF na área da economia solidária, constatamos uma diferença de apropriação da temática entre os dirigentes. A maioria deles quase não tem informações sobre as ações realizadas e, tampouco, envolvimento concreto. Tal fato, segundo dois entrevistados, se deve à divisão de funções entre os dirigentes, ficando cada um incumbido apenas de suas atribuições.

O dirigente responsável pelas ações tornou-se um importante apoiador da economia solidária, o que possibilitou sua candidatura para o cargo de vereador, em 2008. Sua formação para atuar na área foi obtida por meio de leituras e trocas de experiências – “mas a formação foi na própria experiência, ouvindo um, conversando com outro, tal, mas o tradicional de formação não” (entrevistado 1).

Quando questionados sobre a conceituação da economia solidária, um dado a destacar foi a hesitação na construção da resposta. Constatamos mais uma percepção individual do que propriamente uma concepção coletivamente formulada pelo sindicato. De forma geral, a resposta encontrada é a que a economia solidária “é a oportunidade das pessoas não terem patrão” (entrevistado 3), “o trabalhador sendo protagonista da ação” (entrevistado 4). Alguns chegam a afirmar que “não é um projeto assistencialista, mas um projeto social, que visa colocar o cidadão que está a margem de emprego” (entrevistado 5); outros defendem que é “uma forma de socializar um socialismo dentro de um capitalismo” (entrevistado 2). A economia solidária “possui como princípios a cooperação, autogestão e solidariedade” (entrevistado 1) e, acrescenta: “é uma forma de organizar os trabalhadores que na verdade estavam aí soltos na economia informal, sem ter organização. E é um incremento que você acaba fazendo com que o cidadão exponha aí a sua criatividade dentro de um campo que sempre foi uma exclusão.”

Quando estimulados a discorrer sobre a importância dos sindicatos de trabalhadores se envolverem com a economia solidária, um dos dirigentes respondeu: “a ideologia sindical no Brasil, no meu entendimento, está muito atrasada enquanto geração de trabalho e renda. O movimento sindical ainda é corporativista, pensa nele só, pensa em somente quem tem carteira assinada” (entrevistado 1).

Apesar das parcerias feitas como movimentos e instituições, um dos entrevistados aponta que elas não se realizam com outros sindicatos. “Inicialmente, lá no início, quando nós pensamos,

se via nos congressos lá da CUT. Quando a gente procurou [os sindicatos] não tivemos a adesão de nenhum, até agora” (entrevistado 1).

Os entrevistados não sabem apontar, com certeza, se houve alguma orientação da CUT para a ação na área. Respondeu afirmativamente apenas o dirigente responsável pelas ações. Porém, segundo ele, estas orientações são resoluções congressuais, sem, entretanto, alcançar envolvimento e apoio concreto da central: “Tem, mas deveria apoiar de fato e não fazer parte apenas de resoluções, de encontros. Esse que é o grande problema porque há uma orientação da CUT nacional, estadual. Aqui, regional, nós tivemos quase que brigar pra passar a indicação do apoio na orientação ao sindicato de apoiar de fato, mas isso aí do movimento sindical e às vezes até da própria CUT é apenas papel, apenas as resoluções” (entrevistado 1).

A decisão dos sindicalistas em se envolverem com a economia solidária, foi determinada pelo fato do setor metalúrgico ter sido fortemente atingido pela redução dos postos de trabalho, consequência da reestruturação produtiva, conforme afirmam os entrevistados 1 e 2. Destacamos, entretanto, que o apoio à economia solidária constitui-se em uma iniciativa individual de um dos dirigentes, que os demais acatam. Esta afirmativa é procedente, quando constatamos as respostas dos próprios dirigentes, que revelam, além da pouca informação sobre a temática, a falta de discussão entre a diretoria e pouco envolvimento nas ações. Não foi possível, portanto, detectar em que medida haveria uma escolha ideológica consciente no desenvolvimento de ações que nos levasse a delinear a construção de uma concepção e prática sindical do STIM/JF, diferente daquela anterior ao início do trabalho com a economia solidária.

É possível afirmar que a economia solidária e sua concepção própria acerca das relações de trabalho, diversas do trabalho subordinado, constituem-se num instrumento utilizado pelos trabalhadores na tentativa de enfrentamento do desemprego. Sob a forma de cooperativas, associações, redes, empresas autogestionárias, dentre outras, os trabalhadores passam a vivenciar princípios que ao longo da sua história de classe lhes são desconhecidos.

Em nossa avaliação, o sindicalismo cutista, neste campo, encontra-se em uma encruzilhada: diante das polêmicas, que perpassam as diretorias sindicais e as correntes que fazem parte da central, é sua tarefa apoiar iniciativas que ultrapassam, na imediatividade, os interesses daqueles trabalhadores formalmente a ele filiados? E, o mais importante, os fundamentos ideológicos de tal proposta – o sindicalismo cidadão – não lhes traria um afastamento de concepções verdadeiramente classistas?

Há que se ressaltar que foi em cenário de crise, de uma mudança brutal na conformação da classe trabalhadora e de adoção de novos princípios ideológicos por parte dos sindicatos, que se formaram as justificativas para o apoio à economia solidária. Para justificar tais ações o sindicalismo adotou um substrato ideológico pautado na concepção de cidadania, cara também aos princípios burgueses. Consideramos particularmente importante reconhecer e desvelar esta perigosa relação em que se adota uma determinada concepção ideológica que, ao final, pode reduzir as táticas de luta massivas, de caráter contestatório e classista, não mais correspondendo aos princípios históricos do sindicalismo na luta pela emancipação da classe trabalhadora, tal como nos coloca Marx (1980).

A polêmica está aberta. Para nós apresenta-se uma tarefa: pensar a potencialidade da economia solidária para assegurar o direito ao trabalho e a vivência de princípios do trabalho associado, contudo, sem deixar de considerar a posição de autores, que também ancorados na tradição marxista, nos advertem:

A “economia solidária”, apesar de ser um projeto político globalizado nas economias subordinadas, encontra nelas um terreno fértil e propício para a

cooptação e manipulação político-ideológica porque reafirma valores culturais e morais que ainda não foram superados em virtude da ausência da generalização do modo capitalista de produção. Nesse caso, no lugar de promover a dita emancipação social, acentuam-se as premissas do anticapitalismo romântico e do socialismo utópico acompanhados de sua carga recessiva em termos desenvolvimento material e social. Assim, a “economia solidária” colabora para a manutenção do atraso e emperra o desabrochar de uma ruptura com o *status quo*. (Menezes, 2007, p.221)

6 Agradecimentos

Aos Dirigentes Sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, por participarem da pesquisa, especialmente seu presidente, Geraldo Magela Werneck, e o representante na Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais, João César da Silva.

À FAPEMIG, pelos recursos materiais e financeiros que possibilitaram a realização do trabalho.

7 Referências Bibliográficas

ALVES, G. . *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000

ALVES, G. *A tessitura da redundância: elementos teórico-metodológicos para uma investigação sobre a experiência da precarização do trabalho no Brasil*. Anais da 31ª Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 2007.

ANTUNES, R.. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006

_____. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999

ANTUNES, R. ; ALVES, G. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. REVISTA Educação & Sociedade, vol. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

BORGES, Â. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007

CATTANI, A. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003

COIMBRA, A. L. Sindicalismo e cidadania: análise da concepção e prática sindical da Central Única dos Trabalhadores na década de 90. 233f. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LESBAUPIN, I. ; MINEIRO, A. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2002

MARX, K. *Sindicalismo*. Tradução de J.R. Marinho. São Paulo: CHED Editorial, 1980

MENEZES, M. T. *Economia solidária: elementos para uma crítica marxista*. Rio de Janeiro: Gramma, 2007

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006

_____. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001

POCHMANN, M. ; BORGES, A. “Era FHC”: a regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In. SINGER, P. ; SOUZA, A. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003